



Roda da Fortuna

Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievo
Electronic Journal about Antiquity and Middle Ages

Elton Oliveira Souza de Medeiros¹

Dinamarqueses, Daneses ou Vikings? Problemas metodológicos e identitários na Inglaterra da Alta Idade Média²

Danish, Danes or Vikings?

Methodological and Identity Problems in the Early Medieval England

Resumo:

Neste artigo analisamos as terminologias utilizadas no Norte da Europa durante a Alta Idade Média, especificamente no contexto da Inglaterra Anglo-Saxônica (séculos VIII-XI), quando nos referimos aos dinamarqueses e invasores vikings. Pretendemos destacar a necessidade constante do pesquisador e tradutor contextualizar as evidências históricas e o uso das terminologias nelas presentes. Assim, pretendemos demonstrar que tais terminologias não são sinônimas e a importância para a tarefa de analisar e traduzir tais fontes para as linguagens modernas.

Palavras-chave:

Vikings, Daneses, Inglaterra Anglo-Saxônica.

Abstract:

In this article we analyzed the terminologies used in the North of Europe during the Early Middle Ages, specifically into the context of Anglo-Saxon England (8th - 11th centuries), when referring to the Danes and Viking raiders. We intend to highlight the constant need of the researcher and translator to contextualize the historical evidence and the use of the terminologies present in them. Thus, we aim to demonstrate that such terminologies are not synonymous and the importance for the task of analyzing and translating such sources into modern languages.

Keywords:

Vikings, Danes, Anglo-Saxon England.

¹ Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), pesquisador de pós-doutorado do Departamento de História da FFLCH-USP e docente do Centro Universitário Sumaré. Email: eosmedeiros@alumni.usp.br

² Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada durante o *III encontro de pesquisas do LEM – Leituras da Escandinávia Medieval*, realizado no Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro (Brasil), durante o mês de outubro de 2019. Quando não explicitado, todas as traduções do inglês antigo e do latim para o português são de nossa autoria.

1. Introdução

“For magic consists in this, the true naming of a thing.”
 — Ursula K. Le Guin, *A Wizard of Earthsea*.

Ao final do século XVIII o pesquisador dinamarquês Grímur Jónsson Thorkelin tinha ido à Inglaterra com o propósito de, segundo ele, levar para a Dinamarca tantos “documentos escandinavos” quanto pudesse encontrar. Dentre o material que ele obteve estavam duas cópias do poema *Beowulf*, o qual ele pretendia publicar em 1807. Contudo, isso só foi possível em 1815 – devido ao período conturbado que a Dinamarca passava em função dos ataques britânicos ao seu país durante as guerras napoleônicas – quando finalmente é lançado com o título *De Danorum rebus gestis seculi III & IV: Poëma Danicum dialecto Anglo-Saxonica*.³ Os escandinavos dos séculos XVIII – XIX, de modo geral, viam a Inglaterra medieval do período anglo-saxão como detentora de elementos que pertenciam à história de seus antepassados e de seus países. E para eles o melhor exemplo desse passado comum estava representado pelo poema *Beowulf* e sua narrativa mítica (Medeiros, 2020a: 141).

A leitura de *Beowulf* traz consigo um sério problema que é, devido aos elementos de sua narrativa, induzir o leitor a tentar relacionar a obra com o mundo da Escandinávia do medievo, histórica ou ficcional. O que acaba levando ao debate sobre o construto que envolve o conceito de “viking” e relatos desse mesmo cenário norte-europeu e sobre o emprego de certas nomenclaturas ao se traduzir o poema para idiomas modernos. Tais problemas – principalmente em idiomas neolatinos – vêm à tona devido a necessidade de contextualização da obra e seus termos para uma tradução adequada.

O emprego do termo “viking” na atualidade – de forma geral – se tornou de uso comum ao fazer referência às populações escandinavas medievais e a supostos ideais de cultura e identidade (“mundo viking” e “povo viking”, por exemplo).⁴ Em sua publicação do poema *Beowulf* de 1815, Thorkelin não usa o termo “viking” no título nem ao longo de sua tradução. Uma explicação óbvia é porque o termo ou

³ “Os feitos dos daneses do século III e IV: poema dinamarquês em idioma anglo-saxônico”.

⁴ Não iremos aqui nos aprofundar sobre o debate etimológico da palavra “viking” por extrapolar os propósitos desse trabalho e também pelo fato do assunto já ter sido abordado exaustivamente por outros autores. Nesse sentido, como uma referência ao leitor, deixamos como indicação mais atualizada a obra *The Viking World* de Stefan Brink e Neil Price, em específico o capítulo “Who were the Vikings?” de Stefan Brink (Brink & Price, 2008: 4 – 7); ver também, Elton O. S. Medeiros “Vikings e Simulacros: A Construção de Narrativas e Simulações Medievais pela Cultura de Massa” (Medeiros, 2020b).

equivalente não existe no poema original em inglês antigo. Entretanto, na obra, teremos outros termos que estarão atrelados ao debate sobre os “vikings” a partir do século XIX até a atualidade.

No título usado por Thorkelin em latim em sua edição de *Beowulf*, citado anteriormente, encontramos as palavras “*Danorum*” e “*Danicum*”. Em ambos os casos o que temos é uma mera transliteração de termos medievais presentes no texto original e a tentativa de identificação com populações históricas reais e seu vínculo com o presente dos tempos de Thorkelin, numa clara tentativa de relacionar o poema anglo-saxônico e sua narrativa com a história nacional da Dinamarca – dentro do processo de constituição de um ideal nacional escandinavo/dinamarquês.⁵

Um exemplo mais atual deste tipo de problema com traduções e identificação dos povos “reais” em *Beowulf* ocorre na edição e tradução do poema feita por Erick Ramalho em 2007. Em sua introdução o autor diz:

Já quanto aos gentílicos relativos aos principais povos encontrados em *Beowulf*, **apresento-os em língua portuguesa de acordo com as respectivas formas latinas que os originaram, as quais verifiquei nos escritos dos antigos Romanos e dos historiadores medievais.** (Ramalho, 2007: xxix; grifo nosso)

A partir disso o autor discorre em sua explanação identificando e relacionando os diversos povos mencionados no poema com as populações germânicas citadas em obras de autores antigos e medievais como Jordanes, Tácito e Saxo Grammaticus (Ramalho, 2007: xxix – xxx). O problema é que ao fazer isso o autor ignora o fato de que *Beowulf*, assim como outras obras do mesmo período da Inglaterra anglo-saxônica (como o poema *Widsith*), não está preocupado em reconstituir um passado histórico real, mas um que seja mítico-histórico uma vez que a obra se insere no campo da construção de uma memória coletiva de cunho identitário. Memória essa na qual encontraremos povos e personagens que mesmo possuindo algum tipo de relação com uma suposta realidade histórica sua função é rememorar um passado mítico, com povos lendários e ficcionais, que possui uma função social para o grupo que se apropria e o utiliza como forma de um “discurso ritualizado” (Medeiros, 2020a: 155 - 157) e não servir como um catálogo antropológico dos povos da Europa setentrional. Linha de raciocínio que conduz, fatalmente, a deduções e elucubrações sobre a existência de um hipotético poema

⁵ Para maiores detalhes e uma visão mais aprofundada sobre as elaborações do nacionalismo europeu do período indicamos: Eric Hobsbawm, *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade* (Hobsbawm, 2012); e no que se refere de forma mais específica às relações entre passado e presente do medievo e seu uso pelo século XIX indicamos: Patrick Geary, *O Mito das Nações: a invenção do nacionalismo*. (Geary, 2005); e de forma complementar: Elton O. S. Medeiros, “Mito e História no Campo de Batalha: Apropriação e Interpretação do Passado pelo Medievo e como História Nacional” (Medeiros, 2014).

original ou de busca por uma verdade oculta por trás da lenda (algo típico do positivismo do Oitocentos). Em suma, até o momento não existe qualquer tipo de comprovação consistente de relação dos povos citados em *Beowulf* com alguma população real do passado histórico da Escandinávia antiga ou medieval a não ser no campo da especulação acadêmica e das tradições identitárias nacionalistas a partir do século XIX em diante.

Desta forma, é possível identificar que os problemas principais quanto ao uso de certas terminologias presentes em fontes do período para identificar grupos e indivíduos e sua tradução para idiomas modernos, desde Thorkelin até a atualidade, tendo como referencial sua contextualização histórica, são: a) definições contemporâneas fruto da apropriação e construção do passado histórico, com reflexos (negativos) diretos no âmbito da pesquisa acadêmica; b) conseqüentemente, abordagens metodologicamente equivocadas, anacrônicas e/ou teleológicas; c) que levam à busca por identidades e origens fictícias (por exemplo, a busca por um *Beowulf* original ou pelos povos supostamente reais que seriam mencionados no poema).

O propósito de nosso artigo é realizar uma análise da utilização da terminologia vinculada ao cenário norte-europeu medieval, principalmente vinculada ao contexto da Inglaterra anglo-saxônica (séculos VIII – XI), ao se referir aos invasores vikings e outros termos relacionados, a princípio, à Escandinávia do período. Demonstrando o cuidado e a necessidade constante, por parte do pesquisador e tradutor, de contextualizar as evidências históricas e o uso das terminologias.

2. Os vikings e a terminologia medieval

Em sua renomada obra *Anglo-Saxon England*, publicada pela primeira vez em 1943, Sir Frank M. Stenton inicia o capítulo VIII com as seguintes palavras:

At the end of the eighth century each of the three Scandinavian peoples of historic times formed a nation, with its own traditions and a clear sense of its difference from its neighbours. The Geatas, Beowulf's people, were now united with the Swedes; their name was remembered, but their dynasty had long since come to an end (Stenton, 1989: 239).⁶

⁶ ["Ao final do século VIII cada um dos três povos escandinavos dos tempos históricos formavam uma nação, com suas próprias tradições e uma noção clara de suas diferenças com seus vizinhos. Os Geatas, o povo de Beowulf, está agora unido aos suecos; seus nomes são lembrados, mas sua dinastia há muito chegou a um fim"].

Desde então muitos elementos alteraram esta afirmação. Por meio de diversos debates e trabalhos de diversos autores sabemos que não se pode dizer com certeza se os Geatas citados no poema *Beowulf* seriam realmente suecos – sendo o mais provável se tratar de um povo mítico-histórico.⁷ Além disso, a chamada “geografia de *Beowulf*”, baseada nas ideias de Frederick Klaeber,⁸ foram por muito tempo facilmente aceitas como uma realidade, porém não há nenhum estudo conclusivo que a comprove.

Elaborações argumentativas como as de Stenton e de Klaeber podem ser encaradas como derivações fruto das elucubrações norte-europeias oitocentistas na tentativa de construções nacionalistas do passado de países como Alemanha, os Estados escandinavos e a própria Inglaterra. Estas argumentações acabaram por consolidar uma idealização de um passado “germânico-escandinavo” que se ligará ao poema *Beowulf* e, conseqüentemente, vinculando-o à idealização dos antigos germanos e dos vikings no século XIX. Para esses pesquisadores da primeira metade do século XX, ainda influenciados pelas ideias do século anterior, ficaria a interpretação de que *Beowulf* e sua narrativa fariam parte do mesmo mundo que chamamos aqui como “viking-pangermânico”, tão exaltado por Richard Wagner em suas obras (Medeiros, 2020b). O que nos proporcionou argumentos como os de Frank Stenton e Frederick Klaeber mencionados acima e a concepção do herói Beowulf como a idealização de um tipo de proto-viking lendário.

Desta forma, podemos identificar um dos grandes problemas no uso das terminologias, suas traduções e interpretações sobre o período. Ao vincular o poema *Beowulf* e outras obras ao que chamamos aqui como este mundo “viking-pangermânico” constrói-se a ideia equivocada que eles pertenceriam a algum tipo de “povo viking” ou “etnia viking”. O que não poderia estar mais distante da realidade histórica do período, pelo simples fato de não existir tal “povo” ou “etnia” viking, sendo tal concepção anacrônica à época das fontes históricas.

⁷ Estudos mais aprofundados sobre esse tema podem ser encontrados em trabalhos como de Bruce Mitchell & Fred C. Robinson, *Beowulf* (Mitchell & Robinson, 1998); Collin Chase, *The Dating of Beowulf* (Chase, 1997); Robert E. Bjork & John D. Niles, *A Beowulf Handbook* (Bjork & Niles, 1998); Andy Orchard, *A Critical Companion to Beowulf* (Orchard, 2004).

⁸ Klaeber é responsável por uma das edições mais famosas do poema, *Beowulf and the Fight at Finnsburg* (Klaeber, 1950). A ideia que ele nos oferece seria localizar a tribo de Beowulf, os Geatas, no sul da Suécia atual; já a corte do rei Hrothgar estaria localizada na Dinamarca, mais especificamente na ilha de Zelândia, onde se encontraria o grande salão Heorot. Entretanto, em nenhum momento a narrativa do poema nos traz qualquer indicação geográfica precisa disso. Vale lembrar que não podemos nos basear em divisões políticas modernas, visto que, por exemplo, por um longo período da Alta Idade Média a região do reino da Dinamarca abrangia aproximadamente o que corresponde ao seu território atual e mais o extremo norte da Alemanha e o sul da Suécia.

A Inglaterra medieval foi uma das regiões que mais sofreu ataques escandinavos, principalmente devido a sua posição geográfica. Entretanto, mesmo entre as demais partes das Ilhas Britânicas, a Inglaterra sempre foi a mais visada pelas investidas dos vikings. A partir da leitura da *Crônica Anglo-Saxônica* é possível notar que no início os ataques ocorriam em períodos mais esparsos de tempo, mas aos poucos eles se tornaram mais ininterruptos. O primeiro ataque registrado data do ano de 789 e o segundo em 793, já o terceiro só irá acontecer em 832-835. A partir deste ataque as investidas passam a ser frequentes: 833-836, 837-840, 838-841, 839-842, 845, 851-853 e assim continua até os tempos de Alfred o Grande, na segunda metade do século IX (Swanton, 1996).

Inicialmente as incursões restringiam-se a ataques rápidos sem grande interesse em fixação, mas isto mudou a partir do século IX. Por volta de 865, grupos invasores passaram a vir cada vez em maior número e se fixando nos territórios e reinos conquistados: Northúmbria, Anglia Oriental e boa parte de Mércia. Eles avançaram sobre várias partes da ilha e nomeavam “reis-fantoches” para governar seus territórios – como o caso do rei Egbert da Northúmbria. Em 874 o último reino livre da ocupação era Wessex, governado pelo rei Alfred. Nos tempos de Alfred houve a maior onda invasora viking vista até então na Inglaterra; algo semelhante que só aconteceria no século XI, no reino de Æthelred II.

Alfred havia conseguido expandir as fronteiras de seu reino, que agora se estendia por todo o sul da Inglaterra. Enfrentou os invasores, impedindo que tomassem Wessex e realizou tratados de paz e acordos. Em seu acordo de 886, ano em que conquistou Londres, com o rei Guthrum, foi acertado que vikings não mais atacariam, foi estabelecido indenizações para evitar os ataques de ambas as partes, e foram demarcadas também as fronteiras da *Danelaw* (o território ocupado pelos vikings). O “Grande Exército”, assim chamado o exército vikings invasor, atuou aproximadamente de 865 a 874 na Inglaterra, de 874 a 892 permaneceram no continente e retornaram em torno de 892 permanecendo até 896. A partir de então passaram a ter mais derrotas que vitórias e muitos resolveram se fixar nos territórios conquistados da *Danelaw*. Pouco a pouco foram se dispersando e o Grande Exército desapareceu (Stenton, 1989: 320 – 364).

A imagem passada à historiografia é a de que os anglo-saxões e o rei Alfred de Wessex teriam enfrentado um grande exército viking organizado que invadiu e teria devastado o território da Inglaterra do século IX. E será esta a imagem futuramente apropriada pelo romantismo oitocentista e que irá contribuir para a consolidação do estereótipo acerca dos vikings em nossa cultura de massa até a atualidade (Medeiros, 2020b). Entretanto, segundo abordagem de pesquisadores como Richard Abels podemos pensar que essa imagem a respeito dos vikings seria no mínimo questionável.

O famoso “Grande Exército” viking, na *Crônica Anglo-Saxônica* chamado originalmente, em inglês antigo, como o *micel hæðen here* (traduzido comumente em nossa contemporaneidade como “great heathen army” no inglês moderno, i.e. “grande exército pagão” em português), assim como seus integrantes, seriam na verdade um construto histórico elaborado pelo próprio período da Inglaterra anglo-saxônica. Segundo Abels, não há dúvidas de que os ataques teriam ocorrido, mas rei Alfred não teria enfrentado um único e organizado exército de vikings. Ele teria lidado com diversos grupos e bandos de invasores que por vezes estabeleceram alianças entre si atendendo a interesses particulares. O “Grande Exército Pagão” seria “grande” em tamanho e número de seus integrantes, mas não um “exército” (Abels, 2003: 265) – e seu “paganismo”, ainda que histórico, teria sido enfatizado nas fontes para reforçar o estranhamento e repúdio por parte de uma aristocracia cristã anglo-saxônica.

Em primeiro lugar devemos nos ater ao termo em inglês antigo *here* da denominação *micel hæðen here*. A partir de levantamento de fontes legislativas e da própria *Crônica Anglo-Saxônica* é possível notar que a palavra estaria vinculada a grupos de saqueadores em larga escala e não à ideia de um “exército”. É possível vermos isso nas leis do rei Ine (c. 688 – 694) onde encontramos:

Deoflas we hatað oð VII men; from VII **hloð** XXV; siððan bið **here**.

[“Nós chamamos de **ladrões** até sete homens; de sete até vinte cinco de **bando**; a partir disso é um **here**”]

Leis de Ine, artigo 13 §1 (Whitelock, 1955: 366; grifo nosso).

Tradicionalmente, como nas traduções do corpo documental do período da Inglaterra anglo-saxônica organizado por Dorothy Whitelock, por exemplo, o termo *here* é traduzido como “exército”, *army* em inglês moderno (Whitelock, 1955: 366). Entretanto, esta não seria a tradução mais apropriada. O termo para “exército”, um agrupamento de soldados ou guerreiros de forma ordenada e liderada por um comandante legítimo em defesa do reino – aos olhos do contexto anglo-saxônico do período – seria *fyrd* e não *here*. A palavra *here* estaria atrelada a elementos que envolveriam ideias de violência, agressão, conflito, guerra desordenada.

Em *Beowulf* temos, por exemplo, a personagem do rei Heremod cujo nome – assim como outras do poema, como veremos mais adiante – se revela como uma aglutinação de palavras em inglês antigo indicando uma característica da personagem, que poderia ser entendido como alguém de “espírito/coração/mente” (*mod*) que seja “agressivo/violento” (*Here*). Portanto, “Heremod” seria alguém de “espírito belicoso”, o que condiz com seu comportamento exemplar negativo dentro da narrativa de *Beowulf*, versos 1709 – 1724.

Na versão em inglês antigo dos *Evangelhos de Lindisfarne*, do início do século VIII, também encontraremos o termo *here*. Na passagem do evangelho de Mateus a respeito do milagre da multiplicação dos pães, ao falar sobre as pessoas que chegavam para ver Jesus, o texto latino diz: “*Et exiens vidit turbam multam et misertus est eorum et curavit languidos eorum*” [“Assim que desembarcou, viu uma grande multidão e, tomado de compaixão, curou seus doentes”] (Mateus 14, 14).⁹ Ao traduzir “grande multidão” (*turbam multam*) para o inglês antigo os termos utilizados como interpolação no manuscrito foram *micel here*. Ainda no mesmo manuscrito, no evangelho de Lucas, a respeito da passagem sobre o homem tomado por demônios, temos: “*Interrogavit autem illum Iesus dicens: “Quod tibi nomen est?”. At ille dixit: “Legio”, quia intraverunt daemônia multa in eum*” [“Jesus perguntou-lhe: ‘Qual é o seu nome?’ – ‘Legião’, respondeu, porque muitos demônios haviam entrado nele”] (Lucas 8, 30). Para traduzir “Legião” (*Legio*) para o inglês antigo novamente foi utilizada a palavra *here*. O que vai se repetir mais à frente no mesmo evangelho na passagem: “*Sprevit autem illum Herodes cum exercitu suo et illusit indutum veste alba et remisit ad Pilatum*” [“Herodes, juntamente com a sua escolta, tratou-o com desprezo e escárnio; e, vestindo-o com uma veste brilhante, o mandou novamente a Pilatos”] (Lucas 23, 11); aqui o termo *here* voltará a ser utilizado, neste caso, para traduzir o termo latino *exercitu*; ao se referir à escolta de Herodes. E na versão em inglês antigo da *Consolação da Filosofia* de Boécio – produzida na corte alfrediana, no mesmo contexto da *Crônica Anglo-Saxônica* – também é empregado o termo *here* para se referir às forças militares de reis injustos (Abels, 2003: 269).

Tomando os elementos apresentados, podemos interpretar que *here*, além de se referir à guerra e ao conflito, também pode se referir a uma grande multidão, um bando, um amontoado de pessoas e que, a princípio, mas não necessariamente, teriam intenções belicosas. Como nos exemplos acima, o termo faz referência a um grupo desorganizado de pessoas (no caso do evangelho de Mateus) e visto com desprezo, desdém ou moralmente inferior (como nos casos do evangelho de Lucas e na versão em inglês antigo de Boécio). Sendo assim, uma melhor tradução para *micel hæðen here* presente na *Crônica Anglo-Saxônica* dos tempos alfredianos não seria “grande exército pagão”, mas sim “grande turba pagã”. O que se encaixaria de forma muito mais adequada ao contexto da época.

A composição da *Crônica Anglo-Saxônica* não é um simples relato informativo, mas seu texto um reflexo dos objetivos políticos dos governantes anglo-saxônicos do período (Konshuh, 2014; Abels, 2003: 269). No que diz respeito ao uso do termo *here* e *fyrð*, é muito claro que até por volta das entradas do ano de 925 na *Crônica* a

⁹ Utilizamos para a tradução ao português o texto da Bíblia de Jerusalém (Bíblia De Jerusalém, 2002). Para o texto em latim dos Evangelhos de Lindisfarne utilizamos o próprio manuscrito disponível em << http://www.bl.uk/manuscripts/FullDisplay.aspx?ref=Cotton_MS_Nero_D_IV >> (acesso em 16/10/2020).

palavra *fyrð* se refere às forças legítimas de defesa do reino e *here* aos invasores vikings (Konshuh, 2014: 37). A partir de então o uso de tais terminologias começa a ficar mais dúbia, fruto, possivelmente, das relações mais harmoniosas entre os daneses dos tempos do rei Athelstan – descendentes dos primeiros invasores vikings dos tempos de seu avô, rei Alfred – e futuramente, já no início do século XI, durante o governo do rei dinamarquês Cnut o Grande no trono inglês.

Nesse sentido, a partir da construção do texto da *Crônica Anglo-Saxônica* principalmente nos tempos do rei Alfred, é coerente o emprego do termo *here* como nos casos supracitados de forma a enfatizar o terror na população e a bravura anglo-saxônica de Alfred e seu exército que assim, na concepção do período, não enfrentavam um exército inimigo comum, mas uma horda pagã a atacar um povo cristão. Construção que encontraria paralelos na literatura veterotestamentária, como a identificação dos infortúnios que se abateram sobre o povo de Israel com o momento da Inglaterra sob e após as invasões dos vikings (o que nos remete à ideia do “inimigo vindo do norte”, como aparece no livro de Jeremias 1:14-15; 4:6; 6:22-23 e o aprisionamento de Israel como aparecem no livro de Daniel).

O mesmo *micel hæðen here* que assolou os territórios da Inglaterra também irá fazer o mesmo no reino Franco do mesmo período. E lá sua representação nas fontes é a mesma do caso anglo-saxônico. No contexto das evidências históricas dos francos, as forças vikings invasoras serão identificadas em língua latina claramente como “piratas” (*piratae*) e “pagãos” (*pagani*), demonstrando também que não havia qualquer preocupação em diferenciar ou identificar os diversos grupos de vikings que atacavam a região à época. Identificá-los nas fontes como bandos de piratas e uma turba de pagãos era o bastante, assemelhando-os – dentro de uma imagem bíblica – a um bando de gafanhotos famintos ou Legião a atormentar o universo espiritual da cristandade anglo-saxônica e franca (Abels, 2003: 270 – 272).

Desta forma, isso nos leva ao termo “viking” utilizado nas fontes do período. Na Inglaterra anglo-saxônica a palavra em inglês antigo para os vikings, *wicenga*, não será um sinônimo de danês, dinamarquês, norueguês, nórdico ou ainda para escandinavos de forma geral. “Viking”, a partir das evidências históricas e do contexto anglo-saxônico nas quais elas se inserem, significa claramente “pirata” (Abels, 2003: 279); não são guerreiros ou soldados, não são um povo, uma nação, uma etnia ou mesmo representantes militares de algum reino (como o *fyrð*), mas indivíduos variados dispostos a se reunir aos bandos – em uma “grande turba” (*micel here*) – com o objetivo de atacar e roubar outros povos.

3. Os vikings, os daneses e os anglo-saxões.

Medeiros, Elton Oliveira Souza de
 Dinamarqueses, Daneses ou Vikings?
 Problemas metodológicos e identitários na Inglaterra da Alta Idade Média
www.revistarodadafortuna.com

Em seus versos de abertura, encontramos em *Beowulf* o seguinte:

Hwæt! We **Gardena** in geardagum
 þeodcýninga þrym gefrunon
 hu ða æþelingas ellen fremedon.

[“Escutem! Ouvimos falar da glória dos **guerreiros daneses** dos dias de outrora, dos reis de sua tribo, de como aqueles príncipes realizaram feitos de coragem”] (*Beowulf*, vv. 1 – 3; tradução e grifo nosso).

Na tradução do poema *Beowulf* ao português¹⁰ feita por Ary Gonzales Galvão o autor traduz os versos de abertura citados acima como:

Ouvimos falar dos **dinamarqueses-de-guerra** dos tempos de outrora – das glórias que tiveram os reis de seu povo e de seus intrépidos líderes, dos portentos poderosos (Galvão, 1992: 31; grifo nosso).

Enquanto isso, na tradução de Erick Ramalho encontramos o seguinte:

Co’efeito, conhecemos, cá, os feitos dos louvados reis dos **Danos de Lanças** e a glória do povo em tempos antigos (Ramalho, 2007: 3; grifo nosso).

“*Gar*” em inglês antigo pode ser traduzido por “lança”, a principal arma de um guerreiro anglo-saxônico e símbolo deste grupo dentro das obras poéticas do período. “*Dena*”, por sua vez, traduzimos aqui por “danês” por acreditarmos ser uma forma mais apropriada ao contexto da Inglaterra alto-medieval, como iremos explorar mais à frente neste artigo. Portanto, “*Gardena*” pode ser entendido como um *kenning* dentro do poema – uma construção típica da poesia em inglês antigo que se utiliza de palavras compostas como um tipo de metáfora – e entendido de forma menos literal como “guerreiros daneses” ao invés de “daneses de lança”, por exemplo. O próprio nome do herói homônimo do poema se encaixa na mesma situação, um *kenning*: “Beowulf” sendo a aglutinação das palavras “*beo*” (“abelha”) e “*wulf*” (“lobo”). “*Wulf*” é uma palavra que aparece em diversas outras fontes do mesmo período e não necessariamente ao falar do animal, mas em seu sentido figurado como sinônimo para “inimigo”. Desta forma, diferentemente do que aparece na obra de Erick Ramalho que interpreta “Beowulf” como “lobo de mel”

¹⁰ Até o momento de escrita deste artigo, existem apenas duas traduções do poema *Beowulf* em língua portuguesa: a primeira por Ary Gonzales Galvão de 1992 (Galvão, 1992) e a segunda por Erick Ramalho de 2007 (Ramalho, 2007).

(Ramalho, 2007: xix), o nome do herói a enfrentar o monstro Grendel poderia ser interpretado e traduzido como “o inimigo da abelha”. Logo, uma metáfora para “urso”, uma vez que este animal era extremamente reverenciado na literatura norte-europeia por sua grande força, como é o caso da personagem de Beowulf (que no poema é descrito com detentor de uma força equivalente a trinta homens; *Beowulf*, vv. 120 – 123). O que demonstra e reforça a necessidade de contextualização não apenas das obras como de seus termos à época, reforçando que o trabalho de tradução de fontes históricas não é um simples ato de mera transposição de palavras (supostamente) correspondentes a termos modernos.

Tomando ainda os termos em destaque das traduções de Galvão e Ramalho, fica muito clara que na tradução do original “*Gardena*” ao português o primeiro autor estabeleceu uma relação do termo “*dena*” com “dinamarqueses”, enquanto o segundo optou por uma tentativa de vinculá-lo aos “*dani*” mencionados, por exemplo, por Saxo Grammaticus em sua *Gesta Danorum* – ou seja, a um povo real do mundo escandinavo do medievo (Ramalho, 2007: xxx). Em ambos os casos – assim como ocorre com outras traduções do poema em outros idiomas – os autores, a exemplo de Thorkelin no começo do século XIX, se preocuparam em estabelecer as ligações dos povos e dos termos presentes em *Beowulf* com o cenário histórico escandinavo antigo e medieval e ignoraram um fato de suma importância para a compreensão da obra. O fato de que o poema, como o conhecemos, não é fruto de um contexto histórico da poesia medieval escandinava, mas anglo-saxônica.

Desta forma, é necessária a pergunta: por que um poema como *Beowulf*, que é uma fonte literária anglo-saxônica, escrita em inglês antigo e preservada em uma cópia produzida entre meados do século X e início XI na Inglaterra se preocuparia – além do dispêndio de material, pergaminho, tinta, tempo, esforço físico – em preservar uma obra que falasse sobre povos obscuros e lendários da antiguidade da Escandinávia (ou mais especificamente da região da Dinamarca antiga e medieval)?

Uma hipótese tradicional ao fato da obra dar tamanha importância aos daneses seria em função do contexto social durante o reinado de Cnut o Grande, que integrou a Inglaterra aos domínios escandinavos do reino dinamarquês no início do século XI (Kiernan, 1996: 15 – 23). De fato, tal ideia é coerente, mas não se sustenta à luz de outras evidências históricas anteriores aos tempos de Cnut. Nas quais é possível encontrarmos nas fontes históricas literárias a menção de daneses não em salões lendários de uma Jutlândia mítica ou em obras do Continente, mas presentes no solo da Inglaterra anglo-saxônica dos tempos do período alfrediano (séculos VIII – XI) e vinculados à casa real de Wessex.

Na *Crônica Anglo-Saxônica* referente ao ano de 942 (Swanton, 1996: 110), durante o governo do rei Edmund, neto de Alfred o Grande, diferentemente de um relato tradicional como os demais da mesma crônica, encontramos o poema

conhecido pela historiografia em língua inglesa como *The Capture of the Five Boroughs* [“A Captura das Cinco Cidades”, em uma tradução livre] a respeito da vitória de Edmund contra vikings no território da *Danelaw*:

Her Eadmund cyning, **Engla** þeoden,
 mæcgea mundbora, Myrce geeode,
 dyre dædfruma, swa Dor scadeþ,
 Hwitanwyllesgeat and Humber ea,
 brada brimstream. Burga fife,
 Ligoraceaster and Lincylene
 and Snotingaham, swylce Stanford eac
 and Deoraby. **Dæne** wæran æror
 under **Norðmannum** nyde gebegde
 on **hæþenra** hæfteclommum
 lange þrage, oþ hie alysde eft
 for his weorþscipe wiggendra hleo,
 afera Eadweardes, Eadmund cyning.

[“Aqui o rei Edmund, líder dos **ingleses**, guardião dos homens, querido perpetrador de feitos, conquistou Mércia – assim demarcada por Dore, Whitewell Gate e o rio Humber, essa grande corrente d’água – e as cinco cidades: Leicester e Lincoln, e Nottingham, assim como Stamford e também Derby. Antes os **daneses** estavam submetidos à força sob o jugo dos **homens do norte**, por muito tempo ao cativo dos **pagãos**. Até que novamente fossem libertos pela glória do guardião dos guerreiros, o filho de Edward, rei Edmund”]
 (“A Captura das Cinco Cidades”, *Crônica Anglo-Saxônica*, § 942; grifo nosso)

No poema destacamos algumas palavras que são pertinentes ao debate sobre o uso e a interpretação de terminologias dentro do contexto histórico do período alto-medieval inglês. Nos chama a atenção inicialmente a palavra “*Engla*”, no começo do texto, que pode ser compreendido e traduzido a partir do inglês antigo como “anglo” ou ainda “inglês” se equiparando em seu significado a outras terminologias utilizadas nas fontes da época do período alfrediano como “*Angelcyn*” (“povo inglês”) e “*Englisc*” (“idioma inglês”).

Portanto, o emprego de “*Engla*” pode ser entendido dentro de um contexto vinculado à ideia de uma identidade local ou “nacional”¹¹ inglesa que estava se

¹¹ Apesar um conceito consagrado no campo de estudos voltados à História Moderna e Contemporânea, a ideia de falarmos em identidades nacionais em cenários pré-modernos não seria algo anacrônico, exigindo, claro, a devida contextualização. Tomamos como referência o argumento de Rees Davies (Davies, 2004) ao argumentar que o desenvolvimento de nacionalismos vinculados a uma sociedade não dependeria da existência formal de um Estado nacional, como ocorrerá a partir do século XIX na Europa, mas já durante o

consolidando desde finais do século IX através das iniciativas do rei Alfred e de seus sucessores, como seu filho rei Edward e seu neto Athelstan. Ideia que remontava à concepção da obra de Beda o Venerável e sua *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum* (“História Eclesiástica do Povo Inglês”), que propunha a existência de um povo inglês espiritualmente unido na fé cristã, e nos tempos de Alfred o Grande se manifestava no campo político com a ideia de um povo unificado frente às negociações com o líder viking Guthrum a partir do conselho e do consentimento de “todos os conselheiros do povo inglês” (“*ealles Angelcynnnes witan*”) (Abels, 1998: 185). Assim, podemos considerar que em meados do século X já havia se não uma realidade ao menos um ímpeto claro de identificação do que seria considerado como “povo inglês” no período tardio da Inglaterra anglo-saxônica.

Um outro termo importante que destacamos no poema “A Captura das Cinco Cidadelas” é “*Dane*”, que se aproxima ao “*dena*” presente no poema *Beowulf*. No caso do poema da *Crônica Anglo-Saxônica*, “*Dane*” está se referindo de forma específica a um povo ou população que estaria prisioneira e à mercê do que o texto identifica por outro termo destacado por nós: “*Norðmannum*”. Levando em consideração novamente o contexto da época, o emprego do termo “*Dane*” estaria vinculado aos povos que habitavam as regiões oeste, norte e parte das terras centrais do território inglês, que corresponderiam a chamada *Danelaw* – território de ocupação escandinava oriunda das levadas invasoras vikings dos tempos do governo de Alfred o Grande (quando este estabelece o tratado de paz de 886 com o líder Guthrum, supracitado). Logo “*Dane*” vir a ser entendido como “daneses”; portanto, o mesmo termo presente em *Beowulf* e que nada tinham a ver com os “*dani*” de Saxo Grammaticus, citados anteriormente.

Sendo assim, o que temos é a leitura de que o rei Edmund, líder do povo inglês (*Engla*) foi responsável por libertar os daneses (*Dane*) da opressão sofrida pelos *Norðmannum*. Nesse sentido, este último termo pode ser compreendido por seu significado literal, “homens do norte” e no poema está diretamente ligado a outro termo destacado por nós, “*hæþenra*”, referente a “pagãos”. Ao menos desde os tempos de Alcuíno de York que a ideia a respeito de um norte arquetípico está vinculado à ideia de uma terra de inimigos determinados à perseguição do povo escolhido por Deus. Isto pode ser visto nas cartas de Alcuíno e também, já citado anteriormente, inspirado no livro bíblico do profeta Jeremias (Jr 1:14; 4:6; 6:22-23). Ao lermos as passagens bíblicas de Jeremias é clara sua capacidade de influência no medieval referente não só a interpretação dos ataques, mas também a questão de idolatrias e práticas pagãs. A exemplo dos antigos hebreus, os invasores que vem do norte como uma interpretação para as invasões dos escandinavos: pagãos vindos do norte para atacar o povo (cristão) de Deus na Inglaterra (Page, 1997: 118).

período medieval existiriam evidências de elaborações de ideários de “nação” entre comunidades de pessoas e no âmbito político do medieval.

Desta forma, o poema da *Crônica Anglo-Saxônica* deixa muito clara a situação: inimigos identificados como homens do norte (*Norðmannum*), pagãos (*hæþenra*), mantinham cativos daneses (*Dæne*); que, por estarem aliados ao povo inglês (*Engla*), foram libertos de seus opressores pelo rei Edmund, filho de Edward, neto do rei Alfred. Portanto a diferença que poderíamos apontar inicialmente a partir da fonte é que a diferença entre esses povos de possível origem escandinava seria a de que por *Dæne* (“daneses”) são identificados populações aliadas ao *Engla* (“povo inglês”) e por *Norðmannum* (“homens do norte”) são identificados pagãos, inimigos, invasores, saqueadores, piratas, ou seja, vikings (indivíduos que fariam parte de um *here*, de uma turba inimiga, e não de um exército, um *fyrð*). A narrativa e a interpretação do poema “A Captura das Cinco Cidadelas”, assim, lança questionamentos importantes a respeito das identidades, identificações e a nomenclatura dos povos que coexistiam na Inglaterra anglo-saxônica do século IX e X.

É possível encontrar na documentação do período, em um dos éditos do rei Athelstan de cerca de 924 – 933, vinculado ao monastério de New Minster, na cidade de Winchester, o rei sendo apresentado como: “*Æðelstani Angelsaxonum Denorumque gloriosissimi regi*” (“Athelstan, o mais glorioso rei dos Anglo-Saxões e Daneses”).¹² Enquanto em um documento atribuído também ao rei Athelstan sobre uma doação de terras para a arquidiocese de York no ano de 934 teremos entre as testemunhas que confirmam o ato régio a pessoa de Wulfhelm, arcebispo de Canterbury; Wulfstan, arcebispo de York; os reis galeses (denominados como “sub-reis”) Hywel, Morgan e Idwal; dezesseis bispos, sete nobres anglo-saxões, onze oficiais do rei; e por fim nobres com nomes de origem escandinava (identificados no documento pelo título de *dux*): Ragnald, Ivar, Hadder, Scule, Thurferth e Halfden (Whitelock, 1955: 505 – 508). Além disso, por volta da mesma época ocorre o primeiro casamento que temos notícia entre uma aristocrata da casa real de Wessex com um líder escandinavo: uma das irmãs do rei Athelstan com o rei Sithric de York, que havia recentemente se cristianizado – sob a autoridade de Athelstan; fato que indica o reconhecimento de certo grau de igualdade de status entre os dois lados envolvidos em tal cerimônia (Lavelle & Roffey, 2016: 12).

No ano de 946 temos outro documento, do rei Eadred, irmão de Athelstan, sobre uma doação de terras em Warkton, Northamptonshire, a um homem chamado Wulfric. Entre as testemunhas que confirmam o ato do rei encontramos dois arcebispos de nome Oda e Wulfstan (provavelmente arcebispo de York); seis bispos; quatro clérigos; nobres galeses de nome Hywel, Morgan e Cadmo; cinco nobres anglo-saxões; e novamente nobres de nomes escandinavos: Orm, Morcar, Grim e Coll (Whitelock, 1955: 508 – 509). E por volta do ano de 956 temos um outro documento atribuído ao rei Eadwig, sobrinho do rei Athelstan, referente à

¹² Sawyer, Charters, n° 1417 (924 – 933); cf. *Electronic Sawyer: Online Catalogue of Anglo-Saxon Charters*, disponível em: < <http://esawyer.org.uk> >; cf. Foot, 2012: p. 116 – 117.

concessão das terras de Southwell para Oscetel, o arcebispo de York. Entre as testemunhas do ato teremos o príncipe Edgar, irmão de Eadwig; os arcebispos Oda e o próprio Oscetel, arcebispo de York; seis bispos; oito nobres anglo-saxões; dezesseis oficiais do rei e mais uma vez nobres com nomes de origem escandinava: Gunner, Orm e Leot (Whitelock, 1955: 512 – 514).

Como podemos ver, ao menos dentro de um período de aproximadamente doze anos tivemos uma presença clara de indivíduos de origem danesa/escandinava atuando e diretamente ligados ao círculo político dos reis anglo-saxônicos da linhagem alfrediana. Indivíduos que, dessa forma, podemos considerar com prestígio o bastante para ser testemunhas dos atos régios da época. Fato que pode levar à reflexão de porquê indivíduos que supostamente seriam parte das ondas invasoras do *micel here* dos tempos do rei Alfred estariam agora sendo tratados com o mesmo grau de reconhecimento social que aristocratas e clérigos anglo-saxões?

Uma possibilidade para elucidar esta questão poderia ser encontrada, inicialmente, na *Vita Alfredi* de Asser e na *Crônica Anglo-Saxônica*. Em ambas as fontes iremos encontrar a genealogia da casa real de Wessex a partir do pai do rei Alfred:

E Æthelwulf era o filho de Egbert, o filho de Ealhmund, o filho de Eafa, o filho de Eoppa, o filho de Ingild. Ingild era irmão de Ine, rei dos Saxões do Oeste, que manteve o reino por 37 anos e que mais tarde foi para junto de São Pedro e findou sua vida lá. E eles eram filhos de Cenred. Cenred era o filho de Ceowold, o filho de Cutha, o filho de Cuthwine, o filho de Ceawlin, o filho de Cynric, o filho de Creoda, o filho de Cerdic. Cerdic era o filho de Elesa, o filho de Esla, o filho de Gewis, o filho de Wig, o filho de Freawine, o filho de Freothogar, o filho de Brand, o filho de Bældæg, o filho de Woden, o filho de Frealaf, o filho de Finn, o filho de Godwulf, o filho de Geat, o filho de Tætwa, o filho de **Beaw**, o filho de **Sceldwa**, o filho de Heremod, o filho de Itermon, o filho de Hathra, o filho de Hwala, o filho de Bedwig, o filho de **Sceaf**, i.e. o filho de Noé. Ele nasceu na arca de Noé. Lamech, Methuselah, Enoch, Jared, Mahalaleel, Cainan, Enos, Seth, Adão o primeiro homem e nosso pai, i.e. Cristo.

Crônica Anglo-Saxônica § 855 (Swanton, 1996: 66; grifo nosso)

Sua linhagem é organizada desta forma: Rei Alfred era filho do Rei Æthelwulf, o filho de Egbert, Æthelwulf era o filho de Egbert, o filho de Ealhmund, o filho de Eafa, o filho de Eoppa, o filho de Ingild. Ingild e Ine, o famoso rei dos Saxões do Oeste, eram dois irmãos; Ine viajou para Roma, e honradamente findou esta vida presente lá e entrou na terra celeste para reinar com Cristo. E eles eram filhos de Cenred, o filho de Ceowold, o filho de Cutha, o filho de Cuthwine, o filho de Ceawlin, o filho de Cynric, o filho de Creoda, o filho de Cerdic, o filho de Elesa, o filho de Gewis (devido ao qual os galeses chamaram toda aquela raça de

Medeiros, Elton Oliveira Souza de
 Dinamarqueses, Daneses ou Vikings?
 Problemas metodológicos e identitários na Inglaterra da Alta Idade Média
www.revistarodaafortuna.com

*genisse*¹³), o filho de Brand, o filho de Bældæg, o filho de Woden, o filho de Frithuwald, o filho de Frealaf, o filho de Frithuwulf, o filho de Finn, o filho de Godwulf, o filho de Geat (a quem os pagãos adoraram por muito tempo como um deus), (...) o filho de Tætwa, o filho de **Beaw**, o filho de **Sceldwa**, o filho de Heremod, o filho de Itermon, o filho de Hathra, o filho de Hwala, o filho de Bedwig, o filho de **Seth**, o filho de Noé, o filho de Lamech, o filho de Methuselah, o filho de Enoch (filho de Jared), o filho de Mahalaleel, o filho de Cainan, o filho de Enos, o filho de Seth, o filho de Adão.

Vita Alfredi, Asser (Keynes & Lapidge, 1983: 67; grifo nosso).

Além desses dois casos, temos também a *Crônica de Æthelweard*, que seria uma versão inspirada na versão mais antiga da *Crônica Anglo-Saxônica*.¹⁴ Nela temos o seguinte registro genealógico:

Assim, rei Æthelwulf morreu após um ano, e seu corpo descansa na cidade de Winchester. O rei citado era filho do rei Ecgbyrht, e seu avô era Ealhmund, (...) seu tetravô Cerdic, que foi o primeiro a possuir as partes ocidentais da Bretanha após ter derrotado os exércitos dos bretões, e seu pai era Elesa, o avô Esla, o bisavô Gewis, o tataravô Wig, o tetravô Freawine, seu sexto pai Frithogar, o sétimo Brond, o oitavo Balder, o nono Woden, o décimo Frithowald, o décimo primeiro Frealaf, o décimo segundo Frithowulf, o décimo terceiro Fin, o décimo quarto Godwulf, o décimo quinto Geat, o décimo sexto Tetwa, **o décimo sétimo Beo(w), o décimo oitavo Scyld, o décimo nono Scef. E este Scef chegou com um barco pequeno na ilha do oceano que é chamada Scane(y), com armas em torno de si, ele ainda um jovem garoto, e desconhecido para o povo daquela terra. Mas ele foi recebido por eles, e acolhido por eles, e o aclamaram rei; e desta família se origina a descendência do rei Æthelwulf.** – *Crônica de Æthelweard* (CAMPBELL, 1962: 32-33; grifo nosso)¹⁵

Reunindo as fontes elencadas e as genealogias existentes nelas, juntamente com a genealogia dos reis daneses no início de *Beowulf*, poderíamos estabelecer o seguinte quadro comparativo referente aos nomes presentes em tais fontes:

¹³ Este é o nome pelo qual Beda se refere aos saxões ocidentais na *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum*, III.7.

¹⁴ Para maiores detalhes, cf. CAMPBELL, 1962: ix – xlv.

¹⁵ Além dos nomes, a narrativa do rei que vem de além-mar ainda criança é praticamente idêntica a encontrada no poema *Beowulf*, versos 43 – 46.

Quadro 1

<i>Crônica Anglo-Saxônica</i>	<i>Crônica de Æthelweard</i>	<i>Vida do Rei Alfred</i>	<i>Beowulf</i>
Noé		Noé	
Sceaf	Scef	Seth	Scef
Bedwig		Bedwig	
Hwala		Hwala	
Hrathra		Hrathra	
Itermon		Itermon	
Heremod		Heremod	
Sceldwa	Scyld	Sceldwa	Scyld
(...)	(...)	(...)	(...)
Beaw	Beo	Beaw	Beowulf
Tætwa	Tetuaa	Tætwa	Healdfene
Geat	Geat	Geat	Hrothgar
Godwulf	Goduulf	Godwulf	etc.
Fin	Fin	Fin	
Friduwulf	Frithouulf	Friduwulf	
Frealaf	Frealaf	Frealaf	
Friduwald	Frithouwald	Friduwald	
Woden	Vuothern	Woden	
etc.	etc.	etc.	

Tomando esta relação genealógica como referencial, seria possível a) notar que existem semelhanças claras entre as fontes no que se refere à ancestralidade da Casa de Wessex, vinculando-a a uma linhagem que remonta ao passado anglo-saxônico, mítico de fundo norte-europeu e bíblico; b) portanto seria possível analisar *Beowulf* e demais fontes (como os éditos e outros documentos citados anteriormente vinculados ao rei Athelstan e seus irmãos) como evidências dessa mescla entre anglo-saxões e escandinavos – e seus descendentes daneses – que se tornaram os alicerces para o novo reino inglês que surgia na primeira metade do século X.

O que teríamos seria um reino composto por uma aristocracia, chamemos, “anglo-danesa” que compreenderia a história da linhagem dos Scyldings em *Beowulf*

e a reconheceria também na genealogia de seu rei, sendo algo significativo o bastante para servir como um mito de origens tanto em um poema quanto na linhagem da Casa de Wessex. Desta forma, a partir de tal análise, a imagem que teríamos a respeito dos daneses e vikings no contexto histórico do período mudaria consideravelmente.

No campo das fontes poéticas, poderíamos citar obras como *A Batalha de Brunanburh* (presente na *Crônica Anglo-Saxônica* e que narra a vitória do rei Athelstan e seu irmão, príncipe Edmund, no ano de 937 contra uma coalizão de forças escocesas e vikings originárias de Dublin em uma tentativa de invadir o norte da Inglaterra) e *A Batalha de Maldon* (que narra a derrota sofrida pelo exército anglo-saxônico, o *fyrð*, liderado por earl Byrthnoth a serviço do rei Æthelred II frente a invasores vikings no ano de 991). A partir de uma análise comparativa com as demais fontes selecionadas neste artigo, podemos identificar as seguintes informações no que diz respeito aos daneses e vikings e suas representações e usos terminológicos:

- a) Obra: *Beowulf*
 - *Dena*: “Danês”; termo referente a uma população de um passado mítico, lendário, governados pelo rei Hrothgar cuja genealogia apresenta ancestrais idênticos (Quadro 1) entre os antepassados do rei Alfred o Grande e como parte da etnogênese de um *regnum anglorum* que surgia através das elaborações políticas, administrativas e militares da Casa régia de Wessex.
- b) Obra: *A Batalha de Brunanburh*
 - Ausência de qualquer terminologia vinculada aos daneses/escandinavos aliados.
 - *Engle, Seaxe, West-Seaxna* : “Anglos/Ingleses”, “Saxões”, “Saxões ocidentais”; terminologias utilizadas como parte da ideia de uma *Angelcyn* fruto das iniciativas políticas, administrativas e militares da Casa régia de Wessex.
 - *Scipflotan, Norderna, Norþmanna, Norþmenn*: “Marinheiros”, “Nórdico”, “Homem do Norte”, “Homens do Norte”; identificados na obra como inimigos, invasores, piratas, “vikings” (de Dublin).
- c) Obra: *A Captura das Cinco Cidades*
 - *Engla*: “Anglos/Ingleses”; termo vinculado à ideia de uma *Angelcyn/Englisc* (“ingleses”), a uma identidade local/nacional fruto das iniciativas políticas, administrativas e militares da Casa régia de Wessex.
 - *Dæne/Dena*: “Daneses”; termo aplicado a indivíduos (de origem escandinava) aliados e integrados à ideia de uma *Angelcyn*, fruto das

inciativas políticas, administrativas e militares da Casa régia de Wessex.

- *Norðmannum* e *hæþenra*: “Homens do Norte” e “Pagãos”; identificados na obra como inimigos, invasores, piratas, “vikings”.

d) Obra: *A Batalha de Maldon*

- *Wicinga*, *salida*, *hæþene*: “Vikings”, “Marinheiro”, “Pagãos”; identificados na obra como inimigos, invasores, piratas, “vikings”.
- Ausência de qualquer terminologia vinculada aos daneses/escandinavos aliados.

Dentre as fontes oriundas do período da Inglaterra anglo-saxônica a única que aparentemente se refere ao termo “*wicinga*” e derivados de uma forma que não seja pejorativa é no poema *Widsith*. Segundo o que relata o poema, a personagem principal, Widsith, não seria apenas um homem que teria viajado por vários lugares, mas também teria vivido até idade avançada. Neste poema encontra-se uma lista de diversos povos, reinos, reis e outras personagens que remetem ao passado mítico-histórico da Inglaterra anglo-saxônica. Algumas passagens podem ser relacionadas diretamente ao poema *Beowulf* (*Widsith*, versos 5-9, 27, 29, 31, 32, 35-44, 45-49, 88-92, 109-11 e 124-30). No que se refere aos vikings temos:

Hroþwulf ond Hroðgar heoldon lengest
 sibbe ætsomne suhtorfædran,
 siþþan hy forwræcon **wicinga** cynn
 ond Ingeldes ord forbigdan,
 forheowan æt Heorote Heaðobeardna þrym

[“Hrothwulf e Hrothgar¹⁶ mantiveram por um longo tempo, juntos, a paz entre sobrinho e tio, quando eles expulsaram a raça dos **wikings** e arrasaram com o exército de Ingeld, destruindo a hoste dos Hethobardos em Heorot”] (*Widsith*, vv. 45 – 49; grifo nosso).

Esta passagem do poema *Widsith* é dúbia. A interpretação mais superficial seria a leitura de que a obra está dizendo que Hrothwulf e Hrothgar, literalmente, lutaram contra vikings, como se eles fossem, de fato, um povo, uma etnia, de algum reino estrangeiro, como outros citados ao longo da mesma fonte. O problema desta interpretação é que ela destoa de todas as outras formas que a terminologia é

¹⁶ As duas personagens estão presentes no poema *Beowulf*, assim como este episódio descrito em *Widsith*. Em *Beowulf* encontraremos referência a tais eventos quando é descrito que o salão de Hrothgar, Heorot, está predestinado a ser destruído na batalha entre Hrothgar e seu genro Ingeld. Tal conflito estaria previsto também nos versos 2024 – 2069. Segundo *Beowulf*, Ingeld seria filho de Froda, e era príncipe dos Heathobardos. Seu ataque é mencionado no início do poema, nos versos 80-85, e é aparentemente malsucedido.

utilizada nas demais fontes do período na Inglaterra. O termo reaparece em versos mais à frente:

Ic wæs mid Hunum ond mid Hreðgotum,
 mid Sweom ond mid Geatum ond mid **Supdenum**.
 Mid Wenlum ic wæs ond mid Wærnum ond mid **wicingum**.

["Eu estive com os Hunos e com os gloriosos Godos, com os Suecos e com os Geats e com os **Daneses do sul**. Com os Wenles eu estive e com os Wærns e com os **vikings**"] (*Widsith*, vv. 57 – 59; grifo nosso).

Em primeiro lugar, novamente, ocorre a diferenciação em uma fonte anglo-saxônica do que seriam daneses e vikings. E como ocorre na passagem anterior de *Widsith*, uma leitura prévia poderia levar à interpretação de que o termo “vikings” (*wicingum*), assim como o termo “Daneses do sul” (“*Supdenum*”) estaria se referindo a um povo. Contudo, como também já dissemos, isso também fugiria completamente ao uso do termo à época. Se realizarmos uma nova leitura, mais atenta ao contexto histórico do período, a interpretação pode ser outra:

a) *Widsith* (versos 45 – 49)

- *Wicinga*: interpretar como um termo para inimigos, invasores, piratas, “vikings”; logo o poema poderia ser lido no sentido de que Hrothwulf e Hrothgar expulsaram a raça (o povo) invasor/inimigo/“viking”, a turba que era liderada por Ingeld e arrasaram com todo este exército, destruindo a hoste dos Hethobardos em Heorot. Isto significa que o termo *wicinga* está ligado e é usado para designar o exército de Ingeld, príncipe e líder dos Hethobardos, e não como se fossem povos diferentes.

b) *Widsith* (versos 57 – 59)

- *Wicingum*: termo para inimigos, invasores, piratas, “vikings”; logo o poema poderia ser lido no sentido de que o narrador, Widsith, estaria descrevendo que ele havia estado na presença de diversos povos, como suecos, geats, daneses do sul (*Supdenum*, identificados como um povo de fato) e também que até na presença de inimigos/saqueadores/piratas/“vikings” ele esteve (não se referindo a um povo, mas um grupo de indivíduos dedicados a atacar e pilhar outros).

É possível dizer que a partir dessa nova interpretação sobre o poema *Widsith* em relação aos “vikings” não apenas alinhamos o uso do termo à época da composição material da obra como torna sua leitura e compreensão mais clara. O que reforçaria a distinção e a relação de alteridade do período da Inglaterra da

dinastia alfrediana em relação a quem seriam aliados e inimigos, àqueles que seriam identificados por daneses ou vikings.

4. Considerações finais

Diferentemente de uma simples transposição de palavras e significados o trabalho de tradução de fontes históricas é uma tarefa complexa, que vai além do simples conhecimento técnico sobre um idioma antigo. Em primeiro lugar, assim como ocorre com idiomas modernos, não é possível a compreensão e apreensão de um idioma sem ter conhecimento e entender a cultura e o contexto histórico nos quais ele é ou foi utilizado. O inglês moderno, por exemplo, pode ser entendido como fruto do Renascimento da Inglaterra dos séculos XVI – XVII, mas claramente o uso da língua inglesa do século XXI – no que diz respeito à criação e uso de terminologias, expressões e significados e sua relação com a sociedade atual – difere significativamente daquele utilizado pela sociedade londrina do período elisabetano:

Portanto, os sistemas linguísticos são comparáveis e as eventuais ambiguidades podem ser resolvidas quando se traduzem textos à luz dos contextos e em referência ao mundo do qual *aquele dado texto* fala (Eco, 2007: 54; grifo do autor).

Como dissemos no início desse artigo, o trabalho de tradução de fontes históricas não pode se restringir a um ato quase mecânico de buscas por correspondências semânticas entre idiomas, ignorando ou pouco se aprofundando nos elementos socioculturais, políticos e outros que constituem aquilo que Jean-Pierre Vernant chamaria, ao se referir ao período da Grécia Clássica, de “o universo espiritual da pólis” (Vernant, 2013: 53 – 72).

No caso da Alta Idade Média inglesa, se torna muito complicado a iniciativa de se interpretar e traduzir fontes históricas ignorando ou negligenciando o “universo espiritual” da sociedade anglo-saxônica do período. A situação pode se torna ainda mais grave quando, além disso, ocorrem tentativas de se utilizar outros contextos de outras sociedades para se trabalhar com essas mesmas fontes. O que acaba por originar pesquisas e trabalhos que se revelam como aberrações do ponto de vista acadêmico ao reunir, por exemplo, uma fonte anglo-saxônica dos séculos VIII – X com supostos elementos socioculturais e crenças pré-cristãs nórdicas que na verdade estão presentes em fontes literárias escandinavas do século XII – XIII (Crawford, 1963: 99 - 116).

É o caso típico de abordagens sobre o poema *Beowulf*, desde os tempos de Grímur Jónsson Thorkelin na Dinamarca do século XIX até a tradução de Erick Ramalho no Brasil do século XXI, que buscam analisar a obra a partir de referenciais históricos e culturais externos e alheios ao contexto de sua composição, negligenciando os elementos históricos e culturais da Inglaterra da época. O que se torna pior quando este processo comparativo se dá através da submissão da informação que a fonte traz a uma tradução que priorize a forma que ela será apresentada ao invés do conteúdo:

“Afim, a linguagem serve para comunicar ideias; linguagem não é o mesmo que um ajuntamento de sons, ou um instrumento musical para elaborações rítmico-melódicas (...) Traduzir (poesia ou qualquer outro tipo de texto) conferindo-se predominância a sons e ritmos e subordinando-se a semântica aos caprichos do metro constitui uma desconsideração consciente quanto ao que é mais importante. Decerto traduções métricas podem ser excelentes enquanto poesia, o que não significa necessariamente que sejam boas como traduções” (Abramo, 2011: 13).

Ao falarmos de daneses, dinamarqueses e vikings, a princípio pode-se pensar que seriam termos equivalentes no contexto histórico do período da Inglaterra anglo-saxônica. Entretanto, como abordamos em nosso artigo, tais terminologias não são sinônimas, muito pelo contrário. E isso é de suma importância para o trabalho de análise e tradução de tais fontes aos idiomas modernos.

A conclusão que podemos chegar a partir da análise dessas terminologias à época é a de que o termo “dinamarquês” pode ser utilizado (especialmente a partir do século XI), desde que seja devidamente contextualizado, evitando anacronismos com a ideia do Estado dinamarquês da contemporaneidade.

Os termos “danês”, “daneses” e afins, por sua vez, com base na análise das fontes do período, indica se tratar de uma definição sociopolítica, variável, que tende a identificar populações e grupos de origem ou ascendência escandinava aliados à ideia de uma *Angelcyn* e de um *regnum anglorum*, a partir de finais do século IX e principalmente no século X. O aspecto fluido dessa identificação pode ser reforçado pelas evidências oriundas da Cultura Material, ou melhor, a falta delas. Não existem elementos concretos que apontem para a existência clara de uma distinção entre uma etnicidade danesa/dinamarquesa e uma anglo-saxônica – ao menos até o século XI; demonstrando que tais diferenças se davam muito mais no campo das convenções sociais e políticas do que culturais (Lavelle & Roffey, 2016: 13 – 25).

Enquanto isso, a palavra “viking” e correlatos nas fontes deixam claro, sem grande margem para maiores elucubrações, que se trata de um termo muito

específico de cunho político-militar para designar grupos de inimigos, invasores, saqueadores, piratas que atacam em hordas, turbas (*here*), se opondo à organização social e ao exército do reino (*fyrð*) anglo-saxônico.

Portanto, o uso de tais termos no período estará submetido a diversas variáveis de ordem prática das relações de poder que vigoravam na Inglaterra dos séculos IX – X. Sendo possível pensar que um grupo ou indivíduos antes identificados como aliados (e denominados como “daneses” nas fontes) pudessem mais tarde, fruto de alguma desavença no campo político-militar, serem encarados como inimigos (e passarem a ser denominados por “vikings” e até mesmo “pagãos”). Reforçando assim a natureza mutável do uso dessas terminologias e o quão importante é essa informação ser de conhecimento obrigatório por parte do pesquisador e tradutor que lida com o período em questão.

Referências

Fontes

- Campbell, A. (1962). *Chronicon Æthelweardi*, Londres: Thomas Nelson & Son.
- Galvão, A. G. (1992). *Beowulf*. São Paulo: Hucitec.
- Keynes, S. & Lapidge, M. (trad. e org.). (1983). *Alfred the Great: Asser's life of King Alfred and other contemporary sources*. Londres: Penguin.
- Klaeber, F. (1950) *Beowulf and the Fight at Finnsburg*, Boston: D. C. Heath.
- Mitchell, B. & Robinson, F. C. (1998). *Beowulf*, Oxford: Blackwell.
- Ramalho, E. (trad.). (2007). *Beowulf – edição bilíngue*. Belo Horizonte: Tessitura.
- Swanton, M. (1996). *The Anglo-Saxon Chronicle*. Londres: Dent.
- Whitelock, D. (1955). *English Historical Documents c. 500 – 1042*. Nova York: Oxford University Press.

Bibliografia

- Abels, R. (1998). *Alfred the Great – war, kingship and culture in Anglo-Saxon England*. Londres: Longman.
- Abels, R. (2003). Alfred the Great, *micel hæðen here* and the viking threat. In: Reuter, Timothy. *Alfred the Great: Papers from the Eleventh-Centenary Conferences* (pp. 265 – 180). Aldershot: Ashgate.
- Abramo, C. W. (2011). *O Corvo: gênese, referências e traduções do poema de Edgar Allan Poe*, São Paulo, Hedra.
- Bjork, R. E. & Niles, J. D. (1998). *A Beowulf Handbook*, Lincoln: Nebraska University Press.
- Brink, S. & Price, N. (2008). *The Viking World*. Abington: Routledge.
- Chase, C. (1997). *The Dating of Beowulf*. Toronto: Toronto University Press.
- Crawford, J. (1963). Evidences for Witchcraft in Anglo-Saxon England, *Medium Ævum* 32, n. 2, 99-116.
- Davies, R (2004). Nations and National Identities in the Medieval World: An Apologia, *Belgisch Tijdschrift voor Nieuwste Geschiedenis* 4, 567 – 579.
- Eco, U.o (2007). *Quase a Mesma Coisa – experiências de tradução*. Rio de Janeiro: Record.
- Foot, S. (2012). *Æthelstan – the first king of England*. Londres: Yale University Press.
- Geary, P. (2005). *O Mito das Nações: a invenção do nacionalismo*. São Paulo: Conrad.
- Hobsbawn, E. (2012). *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e Terra.
- Kiernan, K. (1996). *Beowulf and the Beowulf Manuscript*. Ann Arbor: The University of Michigan Press.
- Konshuh, C. (2014). *Warfare and Authority in the Anglo-Saxon Chronicle, c. 891 – 924*. Winchester: Universidade de Winchester (tese de doutorado).
- Lavelle, R. & Roffey, S (2016). *Danes in Wessex – The Scandinavian Impact on Southern England, c. 800 – c. 1100*. Oxford: Oxbow Books.

Medeiros, Elton Oliveira Souza de
Dinamarqueses, Daneses ou Vikings?
Problemas metodológicos e identitários na Inglaterra da Alta Idade Média
www.revistarodadafortuna.com

Medeiros, E. O. S. (2014). Mito e História no Campo de Batalha: Apropriação e Interpretação do Passado pelo Medieval e como História Nacional. *Revista de História Comparada*, v. 8, n. 2, 29-59.

Medeiros, E. O. S. (2020a). O que *Beowulf* tem a ver com Cristo? Reflexões sobre abordagem e problemática metodológica. *Revista Signum*, vol. 20, n. 1, 135 – 162.

Medeiros, E. O. S. (2020b). Vikings e Simulacros: A Construção de Narrativas e Simulações Medievais pela Cultura de Massa. *Revista de História Comparada* (no prelo).

Page, R. I. (1997) The Audience of *Beowulf* and the Vikings In: Chase, Collin. *The Dating of Beowulf* (pp. 113-122). Toronto: Toronto University Press.

Orchard, A. (2004). *A Critical Companion to Beowulf*, Cambridge: D. S. Brewer.

Reuter, T. (2003). *Alfred the Great: Papers from the Eleventh-Centenary Conferences*. Aldershot: Ashgate.

Stenton, S. F. M. (1989). *Anglo-Saxon England*. Oxford: Oxford University Press.

Vernant, J.-P. (2013). *As origens do pensamento grego*. São Paulo: Difel.

Recebido: 04 de dezembro de 2020

Aprovado: 03 de abril de 2021